# Dia internacional da Mulher - Conquistas e Direitos

## CONQUISTAS E DIREITOS

### 1934
Constituição Federal

Garantiu direitos às mulheres, a exemplo do **"desquite"** (termo substituído por "separação judicial" pela Lei n.º 6.515/1977) e o **direito ao voto**

### 1945
Decreto n.º 19.841/1945

**Promulgou a Carta das Nações Unidas**, que reconhece a igualdade de direitos dos homens e das mulheres

### 1952
Decreto n.º 31.643/1952

Promulgou a **Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher** (1948), outorgando às mulheres os mesmos direitos civis de que gozam os homens

### 1956
Decreto Legislativo n.º 24/1956

Aprovou a Convenção n.º 100 da OIT concernente à **Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Masculina e a Mão de Obra Feminina por um Trabalho de Igual Valor**, com vigência atual pelo Decreto n.º 10.088/2019

### 1963
Decreto n.º 52.476/1963

Promulgou a Convenção sobre os **Direitos Políticos da Mulher**, adotado por ocasião da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

### 1967
Constituição Federal

Reduziu o tempo necessário para **aposentadoria**

### 1975
Dia Internacional da Mulher

Oficializou o **Dia Internacional da Mulher** pela Organização das Nações Unidas (ONU)

### 1985
Lei n.º 7.353/1985

Criou o **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM**, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País

### 1988
Constituição Federal

Garantiu licença maternidade, proibiu diferenças salariais, proteção ao trabalho, estabilidade à gestante, desequiparação na aposentadoria, união estável, isonomia conjugal, divórcio, princípio da paternidade responsável, proteção no ambiente familiar e garantias fundamentais

### 1992
Decreto n.º 592/1992

Promulgou o **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**, comprometendo-se a assegurar a igualdade para homens e mulheres no gozo dos direitos civis e políticos

### 1995
Lei n.º 9.029/1995

**Proibiu a exigência** de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências

### 1996
Decreto n.º 1.973/1996

Promulgou a **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**

### 2002
Decreto n.º 4.377/2002

Promulgou a **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**

### 2003
Lei n.º 10.778/2003

Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, os casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saude públicos e privados

### 2004
Política Nacional de Atenção Integral à Saude da Mulher

Instituiu **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher** elaborada a partir da necessidade de se estabelecer diretrizes técnico-políticas para a atenção à saúde das mulheres no país

### 2006
Lei Maria da Penha

Criou mecanismos para **coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**

### 2009
Lei n.º 12.034/2009

Previu que os partidos devam preencher o **mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo**

### 2010
Decreto n.º 7.393/2010

Dispôs sobre a **Central de Atendimento à Mulher** destinado a atender gratuitamente mulheres em situação de violência em todo o País

### 2013
Decreto n.º 7.985/2013

Estabeleceu **diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual** pelos profissionais de segurança pública e do Sistema Único de Saude (SUS)

### 2013
Lei n.º 12.845/2013

Dispôs sobre o **atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual**

### 2015
Agenda 2030

Estabeleceu **metas para o alcance da igualdade de gênero**, do empoderamento das mulheres e meninas, da eliminação de formas de violência contra as mulheres e meninas, da garantia de oportunidades para a liderança à vida política, econômica e pública

### 2019
Lei n.º 13.872/2019

Estabeleceu o **direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos**

**Fonte, com atualizações:**

Igualdade de Gênero: Marcos Internacionais e Nacionais, Ministério Público do Estado de São Paulo.

Link no texto e em nossa bio.

MALTA